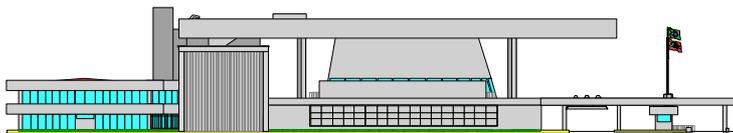


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.964

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Professora Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1964
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 088ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 13/11/2008.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa6

Publicações Diversas

Ofício.....7
Parecer Preliminar7
Portarias10
Projetos de Lei.....11
Projeto de Lei Complementar
.....12
Requerimento.....12

PLENÁRIO

ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Edison Andrino - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Julio Garcia - Manoel Mota - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se à Lei n. 254.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Aborda o Código Ambiental.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comenta o Código Ambiental; refere-se à crise mundial.

Partidos Políticos

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discorre sobre a crise mundial.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Aborda o Código Ambiental; comenta a duplicação da BR-101; refere-se às obras da serra do Faxinal, da BR-285 e da Interprias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência saúda e deseja boas-vindas aos alunos da Escola Básica Professor Juvenal Cardoso Zanella, de Timbó.

Sejam todos muito bem-vindos à Assembléia Legislativa!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que nos acompanha nesta sessão, estudantes que estão-nos visitando na manhã de hoje, faço uma saudação especial aos companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que nos ouvem através da TVAL e que estão, por certo, ansiosos, assim como nós, com relação ao que vai acontecer na reunião que faremos daqui a pouco, na secretaria da Segurança, com alguns secretários do governo para debater a Lei n. 254, tão falada nesta tribuna e nesta Assembléia.

A Lei n. 254, que completou ontem cinco anos de aprovação nesta Casa, inclusive teve uma homenagem/protesto especial por parte da deputada Ana Paula Lima, que trouxe um bolo para comemorar os cinco anos da aprovação daquela lei.

Há cinco anos os 34 deputados presentes naquela sessão de 12 de novembro de 2003 votaram, todos eles, favoráveis à aprovação do então projeto de lei que se transformou em Lei n. 254, sancionada pelo governador no dia 15 de dezembro de 2003.

Sobre a referida lei até agora foram pagos R\$ 290,00 de abono e 20% do percentual, que deve chegar até 93,81%, de uma gratificação cujo objetivo é refazer a escala vertical de salários na Segurança Pública. E somando o valor que foi pago, está em torno da metade dos direitos inscritos na Lei n. 254, pois com R\$ 290,00 de abono mais 20%, ficará em torno de 45% a 55%, dependendo da graduação ou do tempo de serviço do servidor.

E a última vez que houve uma negociação e que o governo apresentou efetivamente uma proposta foi no dia 10 de outubro de 2005. Portanto há três anos, um mês e três dias foi a última vez que o governo fez uma proposta salarial para os servidores da Segurança. É tempo demais, três anos, sem um centavo a mais no salário para uma inflação que galopou ao longo desses três anos!

Se nesse período, há dois ou três anos, no orçamento da família do policial, do bombeiro militar, do policial civil, do agente prisional, R\$ 500,00 eram suficientes para garantir a alimentação adequada e com dignidade para a família, hoje em dia, para adquirir os mesmos produtos, a mesma dignidade e a mesma alimentação adequada essa família vai gastar mais de R\$ 1 mil.

Isso por si só quebrou o orçamento dos servidores da Segurança porque havia a expectativa de que nos anos seguintes, 2006 e 2007, o governo pagaria integralmente a Lei n. 254, conforme tinha sido o compromisso - e assinado, inclusive, por secretários de estado lá em fevereiro de 2004. Como ficou congelado o salário e aumentou a proporção do salário necessário para garantir a alimentação, a manutenção com dignidade da família, outras prestações do terreno, a prestação do apartamento, a aquisição da casa própria, a reforma na casa, o automóvel, outras prestações foram prejudicadas e os servidores se endividaram por conta disso, recorrendo a empréstimos com as financeiras e com os bancos.

Paralelo a isso, os governos, e o de Santa Catarina não foi exceção, criaram facilidades de crédito, o que se vê anunciado em jornais, rádio e televisão. Os anúncios dizem: fale com a financeira tal porque não há consulta ao SPC e Serasa, não é preciso comprovar rendimento, é só levar o dinheiro para a felicidade da família.

O cidadão financia R\$ 1 mil, que no primeiro momento alivia. Dois meses depois a situação aperta. Pega R\$ 2 mil, que no momento alivia, mas dois meses depois a situação piora porque começa a pagar as prestações desses empréstimos e os juros são elevados. Nessa bola de neve, temos companheiros devendo R\$ 60 mil, R\$ 70 mil para as financeiras.

O governo autorizou a ampliação da margem consignável para 50% do valor total do salário. Antes era 30% da remuneração fixa. Também autorizou que os bancos descontem direto na conta corrente do servidor o empréstimo feito.

Hoje temos uma maioria endividada e muitos companheiros não têm salário para receber. Agora, talvez para alegrar alguém, o governo anunciou que vai antecipar em dez dias o salário de dezembro, como também a segunda parcela do 13º salário, e que isso vai fomentar o comércio. Mas não vai acontecer porque a maioria desse dinheiro é para pagar juros, fica confiscado nos bancos.

Há expectativa de que tenhamos uma boa notícia ainda na manhã de hoje para divulgar aos companheiros. Se não tivermos uma decisão definitiva do governo, a angústia e a revolta dos servidores da Segurança Pública vão continuar aumentando. Esse garrote vai continuar apertando e assim está-se configurando a possibilidade de paralisação dos serviços de segurança no estado, antes de começar o verão.

Não estou dizendo isso como blefe. Estou dizendo que a nossa categoria nunca esteve tão mobilizada e tão à disposição. Os companheiros estão esperando uma definição para agir de forma mais expressiva em termos numéricos e com qualidade também, porque não vamos fazer como das outras vezes, em que ficamos o dia inteiro na frente do palácio esperando o governo e os secretários dizerem alguma coisa, quando na verdade não querem dizer.

Essa reunião que começa daqui a pouco é a grande expectativa dos servidores da Segurança Pública e esperamos, sim, trazer uma boa notícia. Se não for possível, infelizmente as coisas vão ficar muito ruins no estado de Santa Catarina e quem planeja ganhar muito dinheiro nesse verão, como se anuncia também, vai ter que gastar muito para contratar segurança particular e vai perder muito mais dinheiro do que custa a Lei n. 254, que custa uma ninharia diante de tudo aquilo que se pretende ganhar em lucro nesta temporada.

Como Santa Catarina é o melhor estado do Brasil para se visitar, o melhor lugar turístico do Brasil, do mundo, isso vai estar comprometido. Teremos notícias nacionais e internacionais sobre a dificuldade daqueles servidores que morrem para defender a sociedade. Cada vez mais, policiais têm morrido fazendo a segurança da sociedade, passam por situação cada vez mais precária, com menos efetivo e com piores condições de trabalho.

Essa é a expectativa da reunião de hoje, nós estamos indo para lá e esperamos ainda antes do meio-dia ter uma boa notícia. Assim esperamos! E se a notícia não for boa, infelizmente a situação vai ficar ainda mais difícil. Usando uma expressão popular, vai entornar o caldo se nós não tivermos uma expectativa de resolução para essa situação ainda antes do verão.

Quero deixar um abraço a todos os companheiros e novamente repetir a saudação a toda torcida avaiiana. Saúdo os nossos companheiros avaiianos, o sargento Pelozato e outros companheiros que estão por aqui, todos avaiianos em festa. Parabéns, torcida azurra pela importante conquista da vaga na elite do futebol nacional, conseguida nesta semana, motivo de alegria para todos os catarinenses!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, deputados, gostaria, na manhã de hoje, de fazer uma reflexão em torno deste momento importante que se vive no estado com respeito ao debate que está sendo realizado em várias regiões sobre o Código Ambiental.

No meu entendimento, o Código Ambiental tem que provocar na sociedade, além do debate, uma profunda reflexão. Acho que é um espaço para que possamos refletir em torno daquilo que se propõe a nossa sociedade e, ao mesmo tempo, sobre qual a importância e o papel do Código Ambiental perante a humanidade, perante a vida, perante aquilo que compõe todo o ecossistema.

Quando se pensa no Código Ambiental, pensa-se em normas, leis, diretrizes na proteção ambiental, na defesa da vida nas suas mais diferentes espécies, desde a humana até a animal, vegetal, enfim, de tudo o que existe. O Código Ambiental tem que ser um instrumento que proporcione a defesa da vida em todo esse conjunto de sistemas que estão presentes neste universo do qual fazemos parte.

Eu conversava há poucos dias com agricultores, agricultoras, camponesas, seus familiares, e diziam-me que na região muitos têm sido e continuam sendo penalizados, ou seja, através da Fatma, da Polícia Ambiental. Muitos não encontram nenhum tipo de amparo, de defesa e não sabem muitas vezes a quem recorrer.

Por outro lado, existe uma contradição. Várias famílias, preocupadas com as suas vidas, com as futuras gerações, com seus descendentes, querem deixar um universo, um mundo mais bem cuidado para que as próximas gerações possam ter uma qualidade de vida melhor. Ao mesmo tempo, pessoas, famílias que labutam, trabalham na roça, chegam a jogar inseticidas, agrotóxicos dentro das próprias fontes, rios, nascentes, contaminando a água, provocando uma verdadeira destruição e o desequilíbrio ambiental.

Nós vivemos neste mundo em que nos alertam, por todos os lados, por todos os meios e instrumentos, que é preciso que se tenham ações em defesa do ambiente, porque a natureza já vem-se manifestando há vários anos e a grande maioria sofre as consequências. E aí fico sempre me perguntando: mas qual é o papel do estado nesse complexo, nesse conjunto? Qual o papel do estado como ente público, seja na esfera federal, estadual ou municipal?

Como fazemos o debate, em nível do estado de Santa Catarina, temos que nos perguntar: quais são os programas, quais são as políticas do estado de Santa Catarina na preservação ambiental?

Nós percebemos agora, e daqui da tribuna já foi alvo de denúncia, a ausência dos principais órgãos que têm relação direta com a questão ambiental, a Fatma, a Polícia Ambiental. São os órgãos do governo do estado! Ausência! Por que esse silêncio todo? O que se está escondendo por trás desse silêncio, da não-participação? O que se quer esconder? Além disso, o estado tem um papel fundamental, importante, no que diz respeito ao meio ambiente.

A bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou à Casa um projeto de lei que cria o Bolsa Verde, que chama o estado para o desafio e o compromisso de estabelecer uma compensação financeira a todos e a todas que historicamente fizeram ações de preservação ou que historicamente preservaram a natureza, o meio ambiente, na defesa das águas, das nascentes, das fontes, dos rios. Essas pessoas, quando assumem esse trabalho e fazem essas ações concretas, não estão pensando em si mesmas, mas estão pensando naquilo que as cerca e também nas gerações que virão. Construímos o bem social e econômico através dessas ações.

Por isso, o estado tem que cumprir o seu papel, o estado não pode ausentar-se, não pode ficar de fora lavando sempre as mãos, o estado tem que implementar políticas de preservação ambiental. Ou faz isso ou todos nós vamos pagar caro no dia de amanhã, aliás, já se está pagando, e pagando altíssimo preço. E só vamos sentir mesmo quando tivermos que pagar R\$ 5,00, R\$ 8,00 a garrafa de água mineral ou quando tivermos, talvez, que comprar água para os animais poderem viver, porque a que tivermos não vai servir mais. Aliás, deveríamos, como seres humanos, ter essa clareza e adotar políticas de preservação. Se aqui temos qualidade de vida, vamos ter dignidade e vamos deixar um mundo melhor para ser vivido pelas gerações que virão.

Portanto, é importante, neste momento, pensarmos não só na questão econômica, mas, acima disso, na vida e no ambiente que nós criamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro UCZAI, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o primeiro comentário que quero fazer, colaborando com o pronunciamento do deputado Pedro Baldissera, e já me manifestei na comissão de Constituição e Justiça, é sobre o ritual e a forma como estão-se processando os debates nas audiências públicas sobre o Código Ambiental.

Nós, deputados, tínhamos muito pouco tempo para discutir 306 artigos, ou seja, dois minutos, enquanto outras entidades e o próprio governo do estado tiveram mais de 20 minutos para expor sua posição, eles que já produziram o projeto. São entidades legítimas, mas estavam utilizando a palavra por oito, dez minutos e nós, deputados, por dois minutos.

Eu quero, na próxima semana, fazer um pronunciamento aqui, juntamente com a bancada, para levantar os principais problemas do Código Ambiental. Quero dizer, efetivamente, que o Código Ambiental de Santa Catarina poderá servir de modelo para o país, pois será o melhor modelo para o Brasil e para os outros estados; mas poderá ser também o pior modelo se ficar como está em algumas posições que estão sendo propostas, porque não existe mais multa, liberou geral. O protagonista da própria multa é quem julga se deve ou não pagá-la. Não há mais campo de altitude, porque 1.800 metros aqui no estado, acho que deve ser um morro ou duas montanhas. Então, não há mais campo de altitude. A comissão julgadora de multas é uma piada.

Então, com várias dessas propostas aqui, não é possível imaginar que esse código vá ser um modelo para o Brasil, vai ser o Código Ambiental da destruição ambiental, do desmonte do meio ambiente do estado de Santa Catarina.

Portanto, eu vi, ontem, a deputada Ada De Luca se pronunciando em estado, no sentido de que a preocupação do sul do estado é com o carvão, que tantos problemas ambientais produziu no passado, e que agora a esperança é o Código Ambiental. Imaginem a comissão no sul do estado, deputados Valmir Comin e Julio Garcia, na questão ambiental! A área de carvão vai produzir um problema ambiental; esse mesmo setor produtivo, econômico, dominante vai sentar-se à mesa, em maioria, porque quem produziu a multa não pode votar. Logo, vão ser dois votos do governo, três votos do setor do carvão, que é a economia dominante no sul estado, e vai votar, que jamais dirá que se vai multar porque produziu um problema ambiental.

Não é sério! Não é sério o que governo do estado está propondo. Não é sério esse fantasma chamado Código Ambiental, porque dizer que o que se está propondo vai preservar o meio ambiente é uma piada! Uma piada de mau gosto aos catarinenses! E dizer que vai ser modelo para o Brasil é outra piada! É outra piada o que está sendo proposto aqui. Campo de altitude com 1.800m, é uma piada! A composição da Jaria é uma piada! E dizer que vai ser modelo?!

Vamos discutir ponto por ponto, sr. presidente Julio Garcia e senhores membros. São 306 artigos. Então, como iremos conseguir aprovar em um mês todo esse projeto?! Seria irresponsabilidade deste Parlamento. Se lá na audiência pública eu falar somente durante dois minutos, como é que eu irei destacar artigo por artigo? Há muitos pontos que estou elogiando aqui, como a agregação de várias leis em um único código, que unifica os procedimentos, unifica no marco regulatório maior, estrutural, positivo. É importante, aqui em Santa Catarina, tentarmos resolver e conciliar as necessidades dos pequenos agricultores e a preservação ambiental meritória, legítima, porque os pequenos agricultores estão sofrendo.

Deputado padre Pedro Baldissera, v.exa. sabe quem há nos nossos pequenos municípios oito hectares, cinco hectares, dez hectares, mas se crítica 30m. Não vou nem questionar a questão da constitucionalidade do projeto do Código Ambiental. Não podem ser utilizados 30m para a atividade econômica, mas aí a proposição é de cinco e não há nem zoneamento ecológico, econômico para dizer que numa bacia é cinco, noutra dez, noutra 15.

Empresário do setor das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs. Se for cinco, em dez anos não haverá mais hidrelétrica, não haverá mais energia. Há 200 projetos de pequenas centrais hidrelétricas no estado e se em uma região são colocados cinco, numa outra podem ser colocados 15m, 30m, 50m.

Então, é a discussão da crítica de 30m em nível nacional, mas tem de ser cinco. Como cinco? Em algumas pode ser cinco, em outras pode ser um, mas em outras precisam ser 30. Assim sendo, o zoneamento ecológico e econômico é que vai definir a metragem para aquela região, para aquela geografia, para aquele clima, para aquele relevo. Portanto, a mesma crítica que se faz ao código nacional reproduz-se no código estadual.

Mas quero aprofundar este debate em outro momento porque considero importante e fundamental discutirmos não o conservacionismo. Eu sou contra essa perspectiva de unidade só de conservação. Sou a favor da preservação ambiental com desenvolvimento sustentável; casar economia com preservação do meio ambiente. Nem o produtivismo de um lado nem o conservacionismo de outro. Entendo que é um absurdo pensar nessa direção, tanto numa quanto noutra. Nós temos que casar economia com preservação ambiental.

Hoje já se está falando em bioeconomia, indústria verde, sustentabilidade de desenvolvimento, que produzem desenvolvimento econômico. Por isso energia limpa, energia renovável, de outro lado, alimento e, ao mesmo tempo, preservação ambiental. Esse é o casamento, é o debate que deve motivar a construção do Código Ambiental do nosso estado.

Em segundo lugar, eu gostaria de tecer aqui algumas considerações sobre a crise econômica. Vou participar, hoje à tarde, de um debate e vou começar a falar pelo inverso, não da crise imobiliária americana, não da crise financeira nem de como o Brasil está reagindo à crise.

A cada 1% de diminuição do crescimento econômico dos países em desenvolvimento, 20 milhões de pessoas vão para a linha da pobreza. A crise das *commodities*, o aumento dos preços dos alimentos há seis meses, há um ano, há dois anos já colocaram 100 milhões de pessoas na linha da pobreza. Ou seja, o debate da crise deve ser o debate da questão financeira, o debate da questão imobiliária, sim, mas nós temos que enfrentar a crise não permitindo o aumento da desigualdade social, o aumento da pobreza no mundo.

Portanto, o governo brasileiro está correto quando continua investindo na construção civil; quando continua investindo no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento; quando continua investindo na infra-estrutura; no país; nas políticas públicas; na educação; na saúde; nas estradas; nas rodovias; nas ferrovias; nos portos e nos aeroportos. O que isso significa? Dar resposta a essa crise com investimento, com a manutenção do crescimento econômico, com a manutenção do mercado de consumo interno, com a perspectiva de manutenção do emprego, porque recessão é desemprego, desemprego é diminuição da massa salarial e, conseqüentemente, a diminuição do consumo. E com isso o povo, os trabalhadores e os agricultores são os que novamente vão pagar a conta da própria crise.

Por isso, quando vejo, através dos meios de comunicação, que os Estados Unidos têm perspectiva, no ano que vem, de crescer 0,25% e a Alemanha, 0%, ou seja, não haverá crescimento, significa que haverá recessão, desemprego; significa que o povo e os trabalhadores novamente poderão pagar a conta com o desemprego, com a diminuição do consumo, com a desigualdade social, com a fome.

O sistema financeiro internacional tem que mudar, a regulação do sistema internacional na área financeira tem que mudar, mas tem que ser mudado também o modelo de sociedade, extinguindo, de uma vez por todas, a experiência neoliberal nefasta para a humanidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, quero continuar, então, o meu raciocínio, pois agora tenho um tempo maior, sobre a crise atual.

Quando nós criticávamos, nas décadas de 80 e 90, a experiência neoliberal, dizia-se o seguinte: tudo que é privado, particular, é o lugar da competência, da eficiência, da produtividade. Tudo que vier da área pública é o lugar da ineficiência, da improdutividade, da incompetência. Foi isso que motivou a construção de um imaginário político e ideológico no conjunto da sociedade.

Na América Latina não foi diferente: para todos os presidentes eleitos em 94, em 95, em 98 e em 99, todos com perfil neoliberal, dizia-se que era necessário modernizar o Brasil e a América Latina. E a modernização era privatizar tudo. Privatizar empresas, estatais, privatizar políticas públicas. Foram privatizados e desregulamentados todos os processos produtivos através da criação de agências, porque o estado não precisaria mais participar nem da produção nem da regulação dos mercados. As agências seriam as reguladoras do mercado, não seria nem mais necessário estado regulador. E o setor financeiro, principalmente o dos Estados Unidos, ficaria livre de tudo. O estado não precisaria regular, o estado não precisaria intervir na economia, o estado não precisaria construir nenhuma política de regulação em relação ao setor financeiro. E essa experiência neoliberal virou presidentes, virou o voto, virou o PSDB, virou o PFL no Brasil, e virou, agora, essa crise internacional!

Portanto, o que está em crise não é só o setor imobiliário. Por exemplo, uma pessoa financia uma casa pelo banco, pega os títulos desse financiamento e vende-os para outro banco, para outro fundo. Esse segundo banco vende-os para um terceiro ou vende-os para outro fundo porque eram altos os juros, sobre os mais pobres.

O que é que aconteceu com a crise do setor imobiliário americano? O chamado *suprime* é o quê? É o empréstimo de risco para os mais pobres. Emprestaram aos mais pobres para construir casas com juros muito mais altos do que para os ricos. Então, foram vendendo esses títulos para um banco, para outro banco; com a inadimplência, o sistema quebrou.

Nesse terceiro trimestre 765.500 famílias nos Estados Unidos perderam suas casas. Em três meses! No terceiro trimestre deste ano 765.500 famílias perderam suas casas judicialmente e foram despejadas! Agora eles não sabem mais o que fazer com as casas. Está crescendo o mato nelas e ninguém quer morar lá. Daqui a quatro meses haverá um milhão de casas sem família dentro. Agora, os bancos e as empresas não sabem o que fazer com as casas porque as famílias foram despejadas, o mato está crescendo e ninguém compra, ninguém vende, ninguém está lá.

Então, agora vem um novo momento, o de não comprar esses títulos podres do governo norte-americano, mas de investir nos próprios bancos comprando ações, comprando os bancos.

O que aconteceu com o centro do neoliberalismo do mundo? Mudou. Ele estava comprando os títulos podres do setor imobiliário, salvando as seguradoras que forneceram as garantias, não conseguiram cumprir e faliram. Estatizaram as duas empresas do setor hipotecário com os títulos podres e não conseguiram resolver a crise. Agora o governo está fazendo o quê? Estatizando novos bancos, comprando ações, como outros países estão fazendo, ou seja, estatizando no momento da crise. Antes liberaram tudo e o liberalismo deu no que deu.

Srs. deputados, se somente os bancos falissem, se somente as empresas seguradoras e hipotecárias falissem, se somente os fundos fossem à falência e o resto continuasse como está, tudo estaria ok! O problema é que da crise imobiliária foi para a crise financeira, da crise financeira foi para a economia real.

Quando aos empresários de Santa Catarina, em 2009, a cada cinco empresários quatro não irão fazer novos investimentos, recuarão. A Aurora e a Sadia irão deixar de investir R\$ 1,1 bilhão em duas agroindústrias e isso irá atingir a economia real. E quando eu escutei há poucos dias um produtor de suínos dizer que em três meses ele perdeu 50% da sua renda, eu pensei comigo: já está atingindo a economia real.

Em todos os jornais desta última semana está o seguinte: GM em crise. A GM vai falir, uma das maiores empresas do mundo. Até o ano passado era a que mais produzia veículos no mundo! Ela vai falir! Ford em crise. A Ford está em crise financeira e outras empresas estão com problema. Na Volvo mil trabalhadores foram demitidos esta semana; na Nokia 1.100 trabalhadores foram demitidos esta semana nos países europeus. Novas empresas estão demitindo, portanto, haverá mais desemprego. A crise vai atingir a economia mundial, vai reduzir o crescimento econômico no mundo, conseqüentemente vai diminuir o emprego e, portanto, irá aumentar a desigualdade social, os governos, os estados, a sociedade.

Lamentavelmente, deputado Pedro Baldissera, tenho que admitir que a esquerda não construiu uma alternativa ao neoliberalismo neste momento. Nós não temos uma resposta, nós não temos uma alternativa, nós só temos medidas, e penso que o governo brasileiro está agindo corretamente quando mantém o setor produtivo, porque o nazismo emergiu num cenário de crise, em 1929, que era a crise do liberalismo, quando os governos europeus, principalmente o alemão, diminuíram os gastos públicos.

Mas os neoliberais não abandonam o discurso, deputado Pedro Baldissera. Eles estão dizendo no Congresso brasileiro, em alguma imprensa nacional, que temos que reduzir os gastos. Portanto, a grande crítica agora é que temos que reduzir os gastos! E, segundo os editoriais liberais do Brasil, temos que reduzir gastos na área pública; temos que reduzir gastos com o servidor público; temos que reduzir gastos com educação, saúde, infra-estrutura pública para ter *superávit* primário, para continuar pagando juros e dívida neste país. Não, temos que continuar investindo em infra-estrutura, temos que estatizar os pequenos bancos em crise, temos que investir e estatizar o crédito no país para diminuir o impacto da crise.

Por que não estamos sofrendo tanto como outros países estão? Porque justamente continua existindo o Banco do Brasil estatal, que vai comprar o Banco do Piauí estatal, que vai comprar a Nossa Caixa de São Paulo estatal, que já comprou aqui o Besc estatal. Ou seja, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil estão ajudando a salvar a crise no país, porque os neoliberais não conseguiram privatizar. Haviam fechado a agência de Dionísio Cerqueira, a agência de Pinhalzinho. Esses são os neoliberais que estão dizendo que não têm que haver investimento público! Reabrimos todas essas agências, ampliamos a capacidade de interferência dessas instituições financeiras. Agora precisamos buscar uma alternativa para além da ajuda aos bancos, para além do investimento em infra-estrutura. Precisamos, primeiro, de um novo sistema, de um novo modelo de produção econômica no mundo que faça com que o setor financeiro não subordine a economia, o setor produtivo. Segundo, o setor financeiro só tem razão de ser se mudar a lógica, um papel, um dólar: os bancos americanos transformaram em 40 papéis, 40 dólares. Por isso o setor financeiro precisa mudar a lógica: passar para o setor produtivo. Só há razão de existir banco se for para ajudar o setor econômico produtivo, a chamada economia real, além de ter que regular os bancos no mundo inteiro e ampliar a regulamentação no Brasil. Não é possível o que os bancos estão fazendo! Não é possível os bancos fazerem o que querem tendo alta lucratividade, como ocorreu nos últimos dez, 15 anos, e quando vem a crise o povo pagar a conta.

Assim sendo, é necessário mudar a regulação, a lógica do setor financeiro para ampliar a economia real.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) -

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu estava atento ouvindo o pronunciamento do deputado Pedro Ucaí relatando o desmonte do Código Ambiental em Santa Catarina. Foram feitas várias audiências públicas no estado de Santa Catarina e eu gostaria de saber onde estava o deputado. Por que ele não estava acompanhando? Agora não adianta apenas vir aqui criticar, tem que participar para depois, sim, apresentar sugestões. Se não forem atendidos os seus pleitos, aí, sim, pode criticar.

Agora, vir para cá fazer críticas infundadas, eu acho que é leviano de sua parte, porque o projeto não está aqui para ser aprovado, está, sim, no estado de Santa Catarina, e já estão programadas nove audiências públicas, para melhorá-lo, para ampliá-lo, para ser discutido com a população. Acho que para uma lei ter amparo legal é necessário ouvir a população. E é o que está acontecendo com o projeto do Código Ambiental que vem trazer essa expectativa para o nosso estado de alguma correção.

Eu acho que não adianta ficarmos de braços cruzados esperando que as coisas aconteçam, porque elas não vão acontecer. É preciso ter a coragem de encaminhar um projeto e foi isso que fez o governo, encaminhou um projeto - foram montadas audiências públicas em todo o estado de Santa Catarina - que está sendo discutido para que esta lei ambiental traga segurança a toda sociedade na preservação do meio ambiente, o que é fundamental.

Acho que não podemos discutir ou criticar o que ainda não votamos, e não podemos corrigi-lo sem que tenhamos participado. Esse é o meu entendimento.

Quero fazer o levantamento de uma região que era considerada, pelos dados do IBGE, a segunda região mais pobre de Santa Catarina. A primeira era a região serrana, e a segunda era o sul do estado, deputado Valmir Comin. Esse sempre foi o levantamento, mas a partir do momento que a classe política amadureceu e começou a se organizar buscando alternativas no conjunto dos partidos, a nossa região começou a crescer. E vem crescendo e se desenvolvendo.

Para quem não sabe, a Barragem do Rio São Bento, todos os deputados e todos os partidos encampam a luta. A emenda foi do prefeito eleito de Joinville, Carliito Merss que, mesmo daquele município, teve a visão de ajudar o sul. Todos os partidos se agregaram para fazer a defesa, e hoje a Barragem do Rio São Bento está pronta. Só faltam alguns detalhes de canalização e isso não é problema dos parlamentares, eles cumpriram o seu papel.

Todo mundo sabe da luta pela duplicação da BR-101. Foram 14 anos de luta, sem parar, para que nós tivéssemos a duplicação no sul do estado de Santa Catarina. Falavam que só o norte seria duplicado e o sul não. Foram feitas mobilizações, foi realizado muito trabalho, estamos respondendo a alguns processos na Polícia Federal devido àquelas paralisações que fizemos.

Ainda recordei do ex-deputado José Paulo Serafim que participou conosco, deitou em cima de uma cruz vermelha que deixou o terno marcado. Ficou com uma cruz nas costas e ele disse: "O deputado Manoel Mota me fez perder o terno novinho." Mas isso tudo fazia parte da busca de alternativas para que houvesse a duplicação.

Junto com os vereadores das câmaras de Osório e Araranguá foi feita uma jornada de 348 quilômetros a pé em busca da mobilização para que tivéssemos assegurada a duplicação. E assim foi.

Quando chegamos em Palhoça, nós, na divisa recebíamos os vereadores com as bandeiras do Brasil, do estado e do município que estávamos atravessando. Em 24 dias foram feitos 348 quilômetros. Aqueles que caminharam ficaram com poucas unhas nos pés, porque arrocaram e caíram. Foram muitos quilômetros em 24 dias.

Tínhamos um compromisso, em Palhoça haveria a paralisação, íamos fechar por tempo indeterminado, desse o que desse, mas na época o governador Luiz Henrique foi muito hábil e marcou uma audiência com o ministro e com o presidente da República, que por sua vez passou para o ministro que já havia o encaminhamento de que daquela data até o final do ano seria dada a ordem de serviço.

Isso foi reafirmado pelo presidente em Navegantes quando ele parou o discurso para ler uma carta que eu levei de Tubarão. Eu entreguei a carta para o presidente, ele a leu na metade do discurso e disse: "deputado, não precisa fechar porque eu entrego a ordem de serviço." Disse, cumpriu, e a obra vem-se realizando, nós não podemos esquecer isso.

As vezes até sou cobrado porque a obra está devagar, parece que não vai, mas posso dizer que nessas últimas 45 dias as empresas nunca trabalharam tanto como estão trabalhando. Pena é a chuva que tem perturbado e impedido que as empresas de terraplenagem trabalhem com mais rapidez. Mas a obra está indo, há várias localidades já duplicadas. Nós, quando vamos daqui para o sul já passamos por aproximadamente 40% dos trechos já duplicados, e tenho certeza de que até o final do ano, se não chover muito, teremos em torno de 65% dos trechos já duplicados no sul do estado.

Essa é mais uma conquista da população, porque houve a luta de muita gente, fizemos muitas paralisações, e eu respondia a quatro processos na Polícia Federal, hoje respondo a três, um já foi arquivado e espero que os outros também sejam, porque a luta foi em defesa do povo. No último momento, tínhamos um documento de toda sociedade, da associação comercial, CDL, vereadores, prefeitos, deputados, Poder Judiciário da região e do Ministério Público. Tínhamos toda a sociedade ali representada, por isso a conquista foi de todos. Então a BR-101 é um capítulo já definido.

Quem não sabe que na região sul a Serra do Faxinal, que é uma luta de aproximadamente 20 anos, vai diminuir 200 quilômetros de Canela, Gramado e Caxias do Sul? Hoje, depois de muita luta, licença ambiental que não sai, corre daqui e corre dali, nós devemos muito a um trabalho do vice-prefeito de Praia Grande, o Itamar Antônio Ferrigo, do PT, que ajudou muito nesse movimento, assim como o secretário de Desenvolvimento Regional que participou por várias vezes em Brasília, junto com prefeitos, até conseguirmos a licença. Hoje já temos em torno de 10 quilômetros, com toda terraplenagem, pronto para começar o asfalto. Outra obra conquistada!

Anteontem o Fórum Catarinense, numa demonstração de visão, colocou uma emenda coletiva que contempla a BR-285, que fará a ligação Araranguá/Argentina. Será toda pavimentada, o que vai trazer um benefício muito grande para toda região, inclusive para o porto de Ibituba no transporte da soja.

Essa é mais uma conquista da população, e acho que é nossa obrigação buscar resultados. Acho que a população elege um político para buscar resultados e nós trabalhamos em cima disso. Uma empresa se não tiver resultados quebra, e um político que não traz resultados, frustra a população. É dentro dessa linha que nós trabalhamos.

E agora temos a barragem do Rio do Salto. Já estão assegurados pelo governo federal R\$ 45 milhões e pelo governo do estado o restante, que irá chegar a R\$ 75 milhões. Com isso a obra está assegurada, mas nós dependemos da licença ambiental do Ibama, em Brasília, para poder iniciar as obras, fazer as desapropriações, pagar as pessoas e começar aquela barragem que é fundamental para abastecer os perímetros urbanos e manter a produção de arroz.

A maior produção de arroz irrigado do Brasil é na minha região, o vale do Araranguá, que produz na faixa de 200 sacas por hectare. É uma produção extraordinária de uma região que encaminha a sua produção para o país inteiro e que tem ainda arroz para mandar para outros países, se necessário. Então é assim que vencemos a luta. É mais um capítulo vencido, mais uma obra conquistada.

Agora, há outra grande ligação, uma obra que é fundamental, que é a Interpárias, que liga a estrada do mar de Passo de Torres a Laguna.

Os senhores não fazem idéia do potencial turístico da região, se forem feitos os investimentos necessários. O turismo é uma indústria sem chaminé que não polui, que gera emprego e renda, por isso tem que ser trabalhado. O que precisa? Precisa a licença ambiental.

Há duas empresas que entraram no negócio com a SC Parcerias para, em parceria, poder realizar essa obra. Com isso vamos resgatar a cidade histórica do sul de Santa Catarina, Laguna, que irá receber todo tráfego da estrada do mar. Esse investimento vai ser muito importante para a região sul e para o estado.

Eu tenho a convicção de que com isso a nossa região sairá desse patamar de ser a segunda mais pobre de Santa Catarina e passará a ser uma região respeitada no cenário estadual e nacional pelo grande potencial turístico que tem. Quem não sabe sobre a Cidade dos Cânions? Quem não sabe da beleza que a Serra do Faxinal possui? A beleza que tem Gramado, Canela e todo aquele aparato? É todo um potencial, e nós, que já viajamos por alguns países do mundo, podemos dizer que não existe lugar nenhum do mundo com beleza tão linda quanto a daquela região.

Por isso nós temos a convicção de que vamos passar a capitalizar com o turismo, que vai receber gente de toda a ordem para poder conhecer aquela beleza que nós temos e que fica a 50 quilômetros das praias. Pode-se ficar até o meio-dia nas praias e à tarde conhecer as belezas da serra.

Eu acho que é assim que se trabalha para buscar os resultados, e não é apenas o deputado Manoel Mota, não! É a nossa região, são os nossos parlamentares que levantam a bandeira em busca de soluções para a nossa região. Eu tenho cinco mandatos nesta Casa e posso afirmar que em nenhum momento eu vi tanta garra dos parlamentares como eu estou vendo nos dois últimos mandatos, seja da Oposição ou da Situação, todos com responsabilidade, com garra, com trabalho e dedicação para buscar resultados.

Acho que nesse momento de turbulência política que vive o país e muitos estados, em Santa Catarina o nosso Parlamento tem dado uma demonstração de muita responsabilidade, de muita garra e determinação buscando resultados para a população, transformando-os em projetos importantes para o povo de Santa Catarina.

Então é nessa linha que nós trabalhamos para buscar o resultado necessário. A grande verdade é que, fruto dessas obras que saíram, alguns investimentos já começaram a acontecer no sul. Nós temos a CTA que já está-se instalando, a obra já bem adiantada, gerando mil empregos para Araranguá com faturamento de R\$ 200 milhões/ano.

Também temos a Alliance One, que pediu ao protocolo o prazo de mais um ano para poder se instalar. São 70 mil m² de construção, que de início irá gerar dois mil empregos e que terá um faturamento de R\$ 500 milhões ao ano. Já se estão preparando, apenas pediram mais um prazo, para se instalar em Araranguá.

E assim tenho certeza de que a BR-101 vai dar condições de tráfego com rapidez para escoar a produção, seja agrícola ou industrial, e isso motiva os investimentos em nossa região.

E dentro dessa linha que estamos vivendo e assim vai acontecer não só em Araranguá, será em todos os municípios, em Içara e vários outros da região. Até porque nós tivemos uma novidade. O Congresso Nacional discutiu a questão dos municípios e me parece que aprovou dois para Santa Catarina, que são os de Balneário

do Rincão e a Pescaria Brava, em Laguna. Apenas dois foram aprovados no Senado para ser colocados em prática como municípios, pois já foi realizado o plebiscito, as votações, etc.

Então acho que o sul se prepara para a missão de ajudar Santa Catarina e o Brasil. E evidentemente que está saindo daquele patamar em que era considerado como uma região que buscava, que andava de chinelo, que andava de muleta, que andava se arrastando para uma região que começa a se desenvolver com rapidez gerando emprego, renda, desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Por isso devemos continuar trabalhando, lutando para que as coisas continuem acontecendo. Nós temos uma responsabilidade, temos uma comissão permanente que foi montada na questão da BR-101, e essa comissão é o início, o meio e o fim, vamos continuar trabalhando para zelar pelas obras que estão saindo para que todas sejam de qualidade.

Nós queremos as obras, sim, mas que sejam de qualidade. E posso dizer que o projeto de engenharia da BR-101 é de qualidade e estamos

cuidando para que seja de qualidade também na prática, porque a população é quem ganha com isso.

Agradeço a todos que participaram desse mutirão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) -

Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Não há matéria na pauta para ser deliberada.

A Presidência comunica que estão ocorrendo, através das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Turismo e Meio Ambiente e de Agricultura e Política Rural, audiências públicas para a apresentação do debate do Projeto de Lei do Código Ambiental.

Neste momento está acontecendo reunião no município de Blumenau. A partir das 18h a reunião será em Rio do Sul.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 237, de 18/11/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no caput do artigo 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

Art. 1º Para efeito de implantação da retribuição financeira dos vencimentos dos servidores efetivos, ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, prevista no artigo 32, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, os índices de vencimentos nos níveis 01 a 70, do Anexo VI, e os índices de vencimentos atribuídos aos servidores beneficiados por intermédio da correlação inserta no Anexo XIII, da referida Resolução, passam a vigorar conforme os Anexos I e II deste Ato.

Parágrafo Único. A retribuição financeira prevista no caput deste artigo não se aplica aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

ANEXO I

Níveis	Índice
1	1,6863
2	1,7441
3	1,8039
4	1,8658
5	1,9298
6	1,9959
7	2,0644
8	2,1352
9	2,2084
10	2,2841
11	2,3624
12	2,4434
13	2,5272
14	2,6139
15	2,7035
16	2,7962
17	2,8992
18	2,9912
19	3,0938
20	3,1999
21	3,3096
22	3,4231
23	3,5405
24	3,6619
25	3,7875
26	3,9173
27	4,0517
28	4,1906
29	4,3343

30	4,4829
31	4,6366
32	4,7956
33	4,9600
34	5,1301
35	5,3060
36	5,4879
37	5,6761
38	5,8708
39	6,0721
40	6,2803
41	6,4956
42	6,7184
43	6,9487
44	7,1870
45	7,4334
46	7,6890
47	7,9527
48	8,0057
49	8,5074
50	8,7991
51	9,1008
52	9,4129
53	9,7356
54	10,0695
55	10,4147
56	10,7718
57	11,1412
58	11,5232
59	11,9183
60	12,3270
61	12,7498
62	13,1871
63	13,6394
64	14,1072
65	14,8823
66	15,0355
67	15,1904
68	15,3469
69	15,5050
70	15,6647
71	

Anexo VII

Nível	Índice
8	-
7	17,8617
6	16,1430
5	14,4680
4	12,8680
3	11,2680
2	9,6680
1	8,0670

Correlação Anexo XIII

Código	Código	Índice
PL/DCA-1	PL/DAS-1	8,0670
PL/DCA-2	PL/DAS-2	9,6680
PL/DCA-3/DASU-1	PL/DAS-3	11,2680
PL/DASU-2	PL/DAS-4	12,8680
PL-DASU-3	PL/DAS-5	14,4680
PL/DASU-4/DCA-4/3-CC	PL/DAS-6	16,1430
PL/DAT-1	PL/DAS-7	17,8617

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 238, de 18/11/2008

Altera a redação do art. 2º da Resolução nº 1.344, de 21 de outubro de 1993, estabelecendo novo valor para o vale-alimentação

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 1344, de 21 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Com efeitos a partir de dezembro de 2008, correspondendo à variação do IGPM no período compreendido entre maio e novembro de 2008, fica estabelecido em R\$ 900,00 (novecentos reais) o valor do auxílio-alimentação concedido mensalmente aos servidores do Poder Legislativo."

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 239, de 18/11/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Memo nº 0363/08/CGP,

RESOLVE: com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

AUTORIZAR AFASTAMENTO DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA JOSE WERNER SALLES**, matrícula nº 1530, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para frequentar o curso de pós-graduação stricto sensu em Literatura Brasileira, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis, durante o período de três anos, a contar de 02 de junho de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**OFÍCIO****OFÍCIO Nº 385/08****UAMU - UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, COMUNITÁRIAS, DE BAIRROS E SIMILARES DE URUSSANGA**

Fundada em 28/06/00 - CNPJ 04.343.319/0001-70
Utilidade Pública Municipal - Lei nº 1819 de 13/08/01
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 12036 de 14/12/01
Urussanga (SC), 22 de setembro de 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Encaminhamos, em anexo, os documentos necessários para a manutenção do título de utilidade pública estadual da União das Associações de Moradores, Comunitárias, de Bairros e Similares de Urussanga, conforme Lei 14182, de 01 de novembro de 2007.

Anexos: 4/11

CENILDA MARIA MAZZUCCO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/11/08

*** X X X ***

PARECER PRELIMINAR**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Referência: PL 0284.5/2008

Origem: Executivo

Autor: Governador do Estado

Ementa: "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2009."

Relator: Deputado Renato Hinnig

PARECER PRELIMINAR

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei "estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2009".

A matéria foi lida na sessão do dia 07.10.2008 e remetida à Comissão de Finanças e Tributação, a quem compete à análise das proposições sob os aspectos financeiros e orçamentários, na forma do art. 73 do Regimento desta Casa.

Com base no art. 128, Inciso VI do mesmo regimento o Presidente da comissão, Deputado Jorginho Mello, designou-me Relator em 05/11/2008, e estabeleceu como prazo para apresentação do Relatório Final o dia 29/12/2008, de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

Inicialmente, há que se preferir o Relatório Preliminar sobre a matéria, e o faço com base nos fatos e fundamentos que passo a expender.

O Projeto de Lei Orçamentária que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2009", compreende os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, referentes aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto.

Reza a Constituição Estadual no seu art. 120, § 4º que a lei orçamentária compreenderá:

"Art. 120...

§ 4º...

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública;

II - o orçamento de investimento das empresas cujo controle seja, direta ou indiretamente, detido pelo Estado;

III - o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades, órgãos e fundos da administração pública a ela vinculados."

Segundo o Secretário de Planejamento, a proposta orçamentária ora apresentada foi elaborada em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o orçamento público, com a Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 e o Plano Plurianual 2008/2011 e revisão.

As ações de governo foram definidas a partir de programas concebidos de acordo com as orientações estratégicas do Plano de Governo, fundamentadas no trinômio descentralização administrativa, participação comunitária e desenvolvimento regional.

A Proposta Orçamentária apresentada dá continuidade à concretização dos objetivos do programa do Governo do Estado que tem como premissas básicas a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses, a modernização da gestão pública, o desenvolvimento ambiental, a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a regionalização do desenvolvimento.

Especial atenção está sendo dada ao equilíbrio das contas públicas e à alocação eficiente dos recursos públicos. O governo continuará mantendo um rigoroso controle sobre os gastos públicos em 2009.

Vale ressaltar a atuação do Grupo Gestor de Governo, incumbido de modernizar a gestão pública e de articular e coordenar as ações que promovam impacto na redução de despesas, no incremento de receitas, no fortalecimento da descentralização, na articulação e coordenação política e na potencialização dos recursos para a realização de ações sociais e outras obras, bem como o cumprimento das metas previstas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado.

Por fim, enfatizamos que a proposta orçamentária, orienta-se para a manutenção de um desenvolvimento econômico e social sustentado, embasado na solidez das finanças públicas e num perfil de crescimento que busca a melhoria do bem estar de toda Santa Catarina.

Com base no conteúdo do PL 0284.5/2008 que "Estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2009" - cujo teor e devida Exposição de Motivos estão nos anexos do PL - teremos algumas considerações preliminares que serão analisados de forma mais completa e detalhada por ocasião do relatório final.

I.1 DA ESTIMATIVA DA RECEITA PARA 2009

A Receita orçamentária foi estimada em R\$ 12.195.075.828,00 (doze bilhões, cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil e oitocentos e vinte e oito reais), excluídas as receitas do Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. Sendo que R\$ 10.195.075.828,00 (dez bilhões, cento e noventa e cinco milhões, setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais), originários do Orçamento Fiscal e R\$ 1.584.111.294,00 (um bilhão, quinhentos e oitenta e quatro milhões, cento e onze mil, duzentos e noventa e quatro reais) do Orçamento da Seguridade Social.

A Receita Corrente Líquida está estimada em R\$ 11.088.126.301,00 (onze bilhões, oitenta e oito milhões, cento e vinte e seis mil, trezentos e um reais), enquanto a Receita Líquida disponível está estimada no valor de R\$ 8.550.000.000,00 (oito bilhões e quinhentos e cinquenta milhões de reais).

A receita estimada para o Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto é de R\$ 1.858.692.404,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e noventa e dois mil e quatrocentos e quatro reais).

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS
(Recursos de Todas as Fontes)

Em Reais		
DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
1. RECEITA DO TESOURO		
1.1 RECEITAS CORRENTES	13.642.460.151,00	111,87
1.1.1 Receita Tributária	10.376.688.340,00	85,09
1.1.2 Receita Patrimonial	181.864.107,00	1,49
1.1.3 Receita de Serviços	27.933,00	0
1.1.4 Transferências Correntes	2.865.573.006,00	23,5
1.1.5 Outras Receitas Correntes	218.306.765,00	1,79
1.2 RECEITAS DE CAPITAL	177.971.613,00	1,45
1.2.1 Operações de Crédito	157.971.613,00	1,3
1.2.2 Transferências de Capital	20.000.000,00	0,16
1.2.3 Outras Receitas de Capital		
1.3 DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-4.347.126.941,00	-35,65
1.3.1 Deduções da Receita Tributária	-4.007.141.169,00	-32,86
1.3.2 Deduções das Transferências Correntes	-285.096.072,00	-2,34
1.3.3 Outras Deduções	-54.889.700,00	-0,45
TOTAL DA RECEITA DO TESOURO	9.473.304.823,00	77,68
2. RECEITAS DE OUTRAS FONTES ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
2.1 RECEITAS CORRENTES	2.123.702.319,00	17,41
2.1.1 Receita de Contribuições	431.223.174,00	3,53
2.1.2 Receita Patrimonial	100.623.765,00	0,83
2.1.3 Receita Agropecuária	2.512.716,00	0,02
2.1.4 Receita Industrial	6.472.054,00	0,05
2.1.5 Receita de Serviços	147.749.999,00	1,21
2.1.6 Transferências Correntes	1.271.760.215,00	10,43
2.1.7 Outras Receitas Correntes	163.360.396,00	1,34
2.2 RECEITAS DE CAPITAL	187.918.554,00	1,54
2.2.1 Alienação de Bens	64.078.251,00	0,53
2.2.2 Amortização de Empréstimos	70.029.134,00	0,57
2.2.3 Transferências de Capital	53.811.169,04	0,44
2.2.4 Outras Receitas de Capital		
2.3 DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	163.727.225,00	-1,34
2.3.1 Dedução da Receita de Contribuições	-20.540.000,00	-0,17
2.3.2 Transferências Correntes	-143.187.225,00	-1,17
TOTAL DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES	2.721.771.005,00	17,61
3. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
3.1 RECEITAS CORRENTES	573.610.637,00	4,7
3.1.1 Receita de Contribuições	557.321.061,00	4,57
3.1.2 Receita Industrial	7.516.165,00	0,06
3.1.3 Outras Receitas Correntes	8.599.529,00	0,07
3.1.3 Outras Receitas Correntes	173.882,00	0
3.2 RECEITAS DE CAPITAL	266.720,00	0
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	573.877.357,00	4,7
TOTAL	12.195.075.828,00	100

Fonte: PL 0284.5/2008 (Orçamento 2009)

I.2 DA FIXAÇÃO DE DESPESA

A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$ 12.195.075.828,00 (doze bilhões, cento e noventa e cinco milhões, setenta e cinco mil e oitocentos e vinte e oito reais).

A relação entre o total de gastos com pessoal (ativos e inativos) e a estimativa da Receita Corrente Líquida é de 49,80%, ficando consignado a Reserva de Contingência de R\$ 2.002.345,00 (dois milhões, dois mil trezentos e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para gastos com pessoal e R\$ 1.002.345,00 (um milhão, dois mil trezentos e quarenta e cinco reais) para o RPPS (Previdência).

As despesas foram fixadas a preços de junho de 2008, obedecendo a preceitos constitucionais e legais, as diretrizes orçamentárias para 2009 e ao PPA 2008/2011, inclusive as funções típicas do Governo Estadual e as ações emanadas do Plano de Governo estão contidas na proposta orçamentária estadual.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA
Em Reais

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
1. Despesas correntes	10.608.471.958	86,99
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	4.321.521.439	35,44
1.2 Juros e Encargos da Dívida	647.000.000	5,31
1.3 Outras Despesas Correntes	5.639.950.519	46,25
2. Despesas de capital	1.584.601.525	12,99
2.1 Investimentos	1.278.878.804	10,49
2.2 Inversões Financeiras	52.722.721	0,43
2.3 Amortização da Dívida	253.000.000	2,07
3. Reserva de contingência	2.002.345	0,02
3.1 Reserva de contingência	1.000.000	0,01
3.2 Reserva de Contingência RPPS	1.002.345	0,01
TOTAL	12.195.075.828	100,00

Fonte: PL 0284.5/2008 (Orçamento 2009)

A despesa total com pessoal foi fixada (art. 18º LRF) com base na folha do mês de agosto de 2007, totalizando o valor de R\$ 5.403.971.267,00 (cinco bilhões, quatrocentos e três milhões, novecentos e setenta e um mil e duzentos e sessenta e sete reais).

I.3 DOS GASTOS COM SAÚDE

A Emenda Constitucional Estadual nº. 20 e a Emenda Constitucional Federal nº. 29 estabelecem limites mínimos de aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, além de prever que os recursos dos Estados e Municípios destinados a essas ações e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundos de Saúde.

A Emenda 29 estabelece que o Estado deve aplicar em ações e serviços públicos, percentual mínimo de 12% do produto da arrecadação de impostos estabelecidos no art. 155 da Constituição Federal, somados aos recursos provenientes da União de que tratam os Artigos. 157 e 159, I "a" e II, da Constituição Federal, deduzidas as transferências constitucionais aos municípios.

Na proposta orçamentária de 2009 o Executivo estadual aplicará, por meio do Fundo Estadual de Saúde, a importância de R\$ 1.031.855.331,00 (um bilhão, trinta e um milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil trezentos e um reais) o que corresponde a 12,01% das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, não estando computadas neste percentual as despesas com pessoal inativo. Há, portanto um investimento previsto de 0,01% acima do exigido pela Constituição Federal.

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS VINCULADOS

ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
(Conforme art. 77 do ADCT da Constituição Federal)

Em Reais	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	8.585.877.757
1.1 Impostos	7.534.414.089
ITBI	25.402
IRRF	478.891.615
IPVA	345.489.251
ITCMD	40.629.976
ICMS - Estadual	6.669.377.845
1.2 Transferências Federais	916.960.372
Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	618.029.980
Transferências Financeiras - LC nº. 87/96 (Lei Kandir)	235.381.996
Cota - Parte FPE - Linha Estado	63.548.396
1.3 Multas e Juros de Mora dos Impostos	92.460.918
1.4 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	10.721.934
1.5 Dívida Ativa dos Impostos	31.320.444
2. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	12%
3. VALOR MÍNIMO A APLICAR	1.030.305.331
4. PERCENTUAL FIXADO	12,01%
5. TOTAL DA DESPESA FIXADA	1.031.855.331
5.1.1 Fundo Estadual de Saúde (Unidade Orçamentária)	1.031.855.331
5.1.1.1 Recursos Ordinários - Recursos do Tesouro Exercício Corrente - (Fonte 0.100)	1.031.855.331

Fonte: PL 0284.5/2008 (Orçamento 2009)

I.4 DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO

Com relação à educação que deve atender dispositivo constitucional - art. 167 da Constituição Federal - o Estado deve aplicar anualmente 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de seu sistema de ensino.

No Orçamento de 2009 o Estado aplicará o montante de R\$ 2.534.658.630,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta reais), o que corresponde a 29,52% da receita de impostos, portanto 4,52% acima do valor exigido pela Constituição Federal.

Vale salientar que, do total aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Sistema de Ensino, R\$ 2.534.658.630,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta reais) correspondem aos recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação. Despesas com inativos não estão computadas neste valor.

Analisando o texto do Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual para 2009 remetido, em seu Artigo 7º, verifica-se que o valor previsto para a aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Sistema de Ensino é de R\$ 2.530.046.130,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta milhões, quarenta e seis mil e cento e trinta reais). Entretanto no Quadro Demonstrativo do mesmo Artigo constata-se que o valor correto é de R\$ 2.534.658.630,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta reais).

Sendo assim, será realizado por este Relator uma Emenda Modificativa ao Texto da Lei para corrigir esta distorção.

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO

E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO
(Art. 167 da Constituição Estadual)

Em Reais	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR

1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	8.585.877.757
1.1 Impostos	7.534.414.089
ITBI	25.402
IRRF	478.891.615
IPVA	345.489.251
ITCMD	40.629.976
ICMS - Estadual	6.669.377.845
1.2 Transferências Federais	916.960.372
Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	235.381.996
Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	618.029.980
Cota - Parte FPE - Estado	92.460.918
1.3 Multas e Juros de Mora dos Impostos	10.721.934
1.4 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	31.320.444
1.5 Dívida Ativa dos Impostos	
2. DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.621.392.148
2.1 Impostos	1.411.099.414
2.1.1 ICMS - Estadual	1.333.875.569
2.1.2 ITCMD	8.125.995
2.1.3 IPVA	69.097.850
2.2 Transferências Federais	183.392.074
2.2.1 Cota Parte do IPI - Estados Exportadores	47.076.399
2.2.2 Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	12.709.679
2.2.3 Cota - Parte FPE - Estado	123.605.996
2.3 Multas e Juros de Mora dos Impostos	18.492.184
2.4 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	2.144.386
2.5 Dívida Ativa dos Impostos	6.264.089
3. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	25%
4. VALOR MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	2.146.469.439
5. PERCENTUAL FIXADO	29,52%
6. TOTAL DA DESPESA FIXADA	2.534.658.630
6.1 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	1.904.572.636
6.1.1 Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	322.689.810
6.1.2 Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	1.066.642.826
6.1.3 Inativos - (Fonte - 0100)	515.240.000
6.2 SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	359.759.548
6.2.1 Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	14.759.548
6.2.2 Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	345.000.000
6.3 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC	184.081.004
6.3.1 Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	175.275.000
6.3.2 Fundo Social - (Fonte - 0261)	4.193.504
6.3.3 Fundos SEITEC - (Fonte - 0262)	4.612.500
6.4 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FCEE	86.245.442
6.4.1 Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	21.804.411
6.4.2 Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	60.541.031
6.4.3 Inativos - (Fonte - 0100)	3.900.000
6.5 DEDUÇÃO A MAIOR PARA O FUNDEB	149.208.291

Fonte: PL 0284.5/2008 (Orçamento 2009)

1.5 DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO:

Visando cumprir disposições constitucionais e legais, o Orçamento Regionalizado pretende ampliar as ações do governo, por meio de consultas diretas à população de Santa Catarina, através de audiências públicas regionais, sobre suas prioridades de propostas de investimento e destino de verbas públicas.

Com este objetivo, em 2008, de 11 a 24 de junho foram realizadas audiências públicas, atendendo as 36 Regiões do Estado.

Neste ano, as audiências realizadas numa parceria da ALESC com o Executivo estadual, utilizaram como critério a escolha de três ações por região, como prioridades a serem incluídas na proposta orçamentária para 2009. Inclusive estas prioridades constam na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009. Analisaremos as prioridades de cada região a fim de verificar se constam da proposta orçamentária do Executivo e, no caso das ações que não constarem, serão incluídas na Lei sob forma de emendas do Relator, que serão prioridades na redação final.

1.6 DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

O presente Projeto de Lei atende as exigências da Constituição Estadual, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo assim preenchido os requisitos formais e legais.

II - DOS CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS:

A definição dos critérios para apresentação de emendas baseia-se no que determina a Constituição Estadual, bem como a LDO 2009.

A Constituição Estadual no § 5º do Art. 120 diz o seguinte:

“Art. 120 - ...

§ 5º - Para emendas ao projeto de lei orçamentária anual, a Assembléia Legislativa, por intermédio da Comissão específica, sistematizará e priorizará, em audiência regional prevista no inciso III do § 2º do artigo 47 desta Constituição, as propostas resultantes de audiências públicas municipais efetivadas pelos Poderes Públicos locais entre os dias 1º de abril a 30 de junho de cada ano, nos termos da regulamentação”.

Ainda na Constituição Estadual, o § 2º e os incisos I, II, e III do §

4º do Art. 122 determina o seguinte:

“Art. 122 - ...

§ 2º - As emendas aos projetos serão apresentadas perante a comissão técnica, que sobre elas emitirá parecer, e deliberadas, na forma regimental, pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser acolhidas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os decorrentes de anulação de despesas, excluídas as relativas:

a) a dotações para pessoal e seus encargos;

b) ao serviço da dívida pública;

c) a parcelas correspondentes às participações municipais.

III - sejam relacionadas com correção de erros ou omissões, ou com dispositivos do texto do projeto de lei.”

Os artigos, 25, 26 e 27 da Lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009- (Lei 14.507/2008) também determina que:

“Art. 25. As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Estadual e na Lei Federal nº. 4.320 de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descritos no Plano Plurianual e nesta Lei.

§ 1º Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa do Estado e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

I - contrariem o estabelecido no *caput* deste artigo;

II - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

IV - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas básicas;

b) receitas vinculadas, criadas por leis específicas;

c) receitas próprias de entidades da administração indireta e fundos;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado; e

V - anularem dotações consignadas às atividades repassadoras de recursos.

§ 2º A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da lei orçamentária.

Art. 26. Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 27. As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação física.”

As emendas deverão ser apresentadas por meio eletrônico de acordo com as orientações e formulários já apresentados em reunião realizada pela Coordenadoria de Orçamento com as assessorias dos parlamentares.

Atenção especial deverá ser dada ao preenchimento das emendas, especialmente no que diz respeito aos números dos Programas, Ações e Sub-Ações, sob pena de serem rejeitadas.

Tal providência se faz necessária tendo em vista a exiguidade de prazo para aprovação da LOA, visando cumprir o calendário de recesso já programado pela Assembléia Legislativa, e da impossibilidade do Relator promover correções em emendas parlamentares que por ventura venham a ser propostas.

Anexamos modelo de formulário de apresentação de emendas para melhor orientação dos parlamentares.

III - DO CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Com base nos Artigos 291 a 297-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, sugerimos o seguinte cronograma de tramitação do PL 0284.5/2008:

DATA	TRÂMITE
19/11/2008	Apresentação do Parecer Preliminar
20 e 21/11/2008	Publicação do Parecer Preliminar
24/11 ao 05/12/2008	Apresentação de emendas
10/12/2008	Relator apresenta Parecer Definitivo/Publicação do parecer
10 a 11/12/2008	Projeto vai para discussão e votação em Plenário
11/12/2008	Projeto retorna à CFT
17/12/2008	Apresentação da Redação Final e Publicação
18/12/2008	Aprovação da Redação Final em Plenário
18/12/2008	Mesa encaminha autógrafa ao Governador, para sanção.

IV - CONCLUSÃO

Concluímos que foram obedecidos os requisitos legais para a tramitação do PL/0284.5/2008. Análise mais detalhada do Projeto de Lei assim como parecer das emendas propostas será apresentado no Relatório Final.

É o parecer.

Florianópolis, 18 de novembro de 2008.

RENATO HINNIG
Deputado Estadual
*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1991, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **TAIANA FRANCISCO DE STEFANI**, matrícula nº 4774, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-8, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1992, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JERONIMO ALVES SANTANA**, matrícula nº 4944, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1993, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EDUARDO DE BONA PORTON, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1994, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FERNANDA DE SOUZA CARDOSO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2008 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1995, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LEOCADIA LICHFETT BONANOMI**, matrícula nº 4389, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de novembro de 2008 (Deputado Edson Piriquito).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1996, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LUCINEIDE PEREIRA**, matrícula nº 5790, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de novembro de 2008 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1997, 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **HELOISA HELENA DA SILVA LAFUENTE**, matrícula nº 2034, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria da Secretaria Geral e Controle de Materiais, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, VERA LÚCIA CARDOSO, que se encontra em licença por doença em pessoa da família no período compreendido entre 15 de novembro e 14 de dezembro de 2008 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1998, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR WALDIR SOVERNIGO, matrícula nº 5753, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de novembro de 2008 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1999, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Silvio Dreveck **NILSON NELSON MACHADO**, Analista Técnico de Gestão e Promoção da Saúde - nível GESTOR - SES-10-B, Matrícula nº 242.331-6-01, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Saúde, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 1972/08, de 30 de outubro de 2008, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2000, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ERLEDIO PEDRO PERING**, matrícula nº 4654, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de novembro de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2001, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ERLEDIO PEDRO PERING, matrícula nº 4654 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de novembro de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2002, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **RICARDO KRAMBECK JUNIOR**, matrícula nº 4570, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de novembro de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2003, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **RICARDO KRAMBECK JUNIOR**, matrícula nº 4570 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de novembro de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2004, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **LINETE BRAZ MARTINS**, matrícula nº 2604, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de novembro de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2005, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
2043	Rosilene Maria Sodre	30	10/11/08	2120/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2006, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2121/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **VERA LUCIA CARDOSO**, matrícula nº 1600, por 30 (trinta) dias, a contar de 15 de novembro de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2007, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2122/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **JOYCE DOS SANTOS ALVES**, matrícula nº 1178, por 30 (trinta) dias, a contar de 05 de novembro de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2008, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **DEBORA COLA DE SOUZA**, matrícula nº 5540, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2008 (Deputado Professor Grando).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2009, de 18/11/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **DEBORA COLA DE SOUZA**, matrícula nº 5540 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2008 (Deputado Professor Grando).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 353/08**

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Plantas Medicinais, do município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Catarinense de Plantas Medicinais, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sobe pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividade;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 18/11/08

JUSTIFICATIVA

A entidade tem prestado relevantes serviços na abordagem transdisciplinar, desde 1988, em Santa Catarina, procurando desenvolver e organizar a área de plantas medicinais. Somente no ano de 2007, a Associação Catarinense de Plantas Medicinais realizou diversos projetos e eventos, dos quais destaco: Projeto de Integração do Saber Popular e Científico em Plantas Medicinais envolvendo técnicos da ACPM e agentes pastorais da CNBB - Regional Sul-4, com encontros mensais (projeto em andamento há nove anos); Oficina de Manipulação de Plantas Medicinais para o povo da floresta (Acre) em parceria com o Projeto de Biodiversidade Brasil-Itália e Embrapa; Palestras sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em Içara, Tubarão e Jaguaruna, para agentes da Pastoral da Saúde; Palestra sobre Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (Portaria 971/ 06) para grupo de agentes da Pastoral da Saúde em Rio do Sul; Representação colegiada na Câmara Setorial de Plantas Medicinais, da Secretaria de Estado da Agricultura; e lançamento da Revista de Ciências Agroveterinárias na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, percebe-se inequivocamente o caráter social das atividades da referida entidade, que por não ter fins econômicos, necessita do amparo e da contrapartida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 354/08

Declara de utilidade pública a Associação dos Estudantes Universitários de Içara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Estudantes Universitários de Içara, com sede no município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente
Sessão de 18/11/08

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação dos Estudantes Universitários de Içara**, atendendo a pedido da própria entidade que necessita desse reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender às suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 044/08
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 1145/08-GP Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Exmo. Sr.

Deputado Estadual **Júlio Garcia**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: projeto de lei complementar que cria cargos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado.

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, honra me submeter à Augusta Assembléia Legislativa o anexo projeto de leicomenplementar, aprovado na sessão ordinária do Tribunal Pleno do dia 5 deste mês, o qual trata da criação de cargos de magistrados e servidores para a Câmara Especial Regional de Chapecó, em fase de implantação.

Outrossim, solicito, com a devida vênia, que se confira o regime de urgência ao assunto em epígrafe, porquanto a experiência é relevante para o Judiciário brasileiro e reforça sobremaneira o pioneirismo das iniciativas da Justiça catarinense..

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 18/11/08

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N., de de novembro de 2008.

Cria cargos no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados seis cargos de Juiz de Direito de Segundo Grau no Quadro da Magistratura de Primeiro Grau, os quais poderão ter exercício no Tribunal de Justiça ou em qualquer das Subseções Judiciárias.

§ 1º Instalada Câmara Especial Regional, ainda que em caráter experimental e transitório, o Presidente do Tribunal de Justiça designará dois Juizes de Direito de Segundo Grau para o exercício da competência que lhes for atribuída; podendo este número chegar a três, mediante autorização do Tribunal Pleno.

§ 2º Na hipótese de extinção da Câmara Especial Regional, o exercício da competência do Juiz de Direito de Segundo Grau, na Seção ou nas Subseções Judiciárias, será disciplinado por ato do Tribunal Pleno.

Art. 2º Para lotação nos gabinetes dos Juizes de Direito de Segundo Grau, são criados seis cargos de Secretário Jurídico (nível DASU-4), seis cargos de Técnico Judiciário Auxiliar e dezoito cargos de Assessor de Assuntos Específicos (nível DASI-3).

Art. 3º Ficam criados cento e quarenta e quatro cargos de Técnico Judiciário Auxiliar e um cargo de Oficial de Justiça.

Parágrafo único. Dos cargos de Técnico Judiciário Auxiliar criados, dezoito serão lotados nos gabinetes dos Juizes de Direito de Segundo Grau já existentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, de novembro de 2008.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

Cuida-se de projeto de lei complementar que surge como consectário da implantação da Câmara Especial Regional, a qual se pretende instalar em Chapecó, a título experimental e transitório.

Importante ressaltar que todas as demais medidas jurídico administrativas tendentes à criação do novel órgão estão, por força de lei, adstritas ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Nessa senda, a criação de cargos de juiz de direito de segundo grau e dos servidores respectivos almeja estruturar a referida Câmara, observadas a capacidade e as disponibilidades orçamentárias, seguindo a estimativa de impacto em anexo (art. 16, I, da Lei Complementar n.101/2000).

A atuação dos juizes de direito de segundo grau objetiva, ao mesmo tempo, reforçar o Tribunal de Justiça no que concerne à substituição dos três desembargadores voluntários que se deslocarão para Chapecó, e dotar a Câmara Especial Regional de dois magistrados com exercício da competência no Oeste catarinense.

Concomitantemente, há também a necessidade de criação dos cargos administrativos correspondentes para conferir o indispensável suporte ao órgão fracionário em Chapecó.

De outro vértice, os cargos restantes de juiz de direito de segundo grau destinam-se a suprir as diversas ausências de julgadores, na sede do Tribunal, decorrentes do fim das férias coletivas.

Destarte, submete-se a proposta para deliberação da Augusta Assembléia Legislativa, com vistas à concretização dessa importante e inovadora experiência no Poder Judiciário de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 008/08****REQUERIMENTO RQS/1190.4/2008**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Os deputados que subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, considerando que:

➔ O Congresso Nacional aprovou e o governo federal sancionou o projeto de lei nº 11.738/2008 que concede Piso Salarial Nacional do Magistério de R\$ 950 para professores dos níveis fundamental e médio da rede pública nos três níveis (federal, estadual e municipal);

➔ Conforme dados do Ministério da Educação, o Piso beneficiará cerca de 60% dos trabalhadores em educação, além de amenizar as disparidades existentes no país com relação ao salário dos educadores, cujas variações chegam a até 400%;

➔ A lei nº 11.738/2008 inaugura um novo tempo no processo de valorização dos profissionais da Educação, reforçando o compromisso do Estado com a educação de qualidade;

➔ O Piso do Magistério, além de resgatar a valorização dos professores da educação básica, tem a prerrogativa de ajustar os sistemas de ensino com vistas a melhorar a qualidade do ensino público ofertado, sobretudo, aos filhos da classe trabalhadora e aos próprios trabalhadores;

➔ A luta histórica dos trabalhadores em educação, aliada ao momento político do Brasil, permitiu a aprovação do Piso Salarial do Magistério e a implementação de outras políticas educacionais de ampla repercussão para a educação;

➔ Governadores de cinco estados, incluindo Santa Catarina, entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra a lei federal nº 11.738/2008 que definiu mudanças no magistério e estabeleceu o Piso Nacional para os professores; e,

➔ O Piso Nacional Salarial do Magistério é o resultado de uma luta histórica dos que acreditam que a melhoria da qualidade na educação passa pela valorização do profissional.

REQUEREM ao parlamento catarinense a criação de um Fórum Parlamentar em Defesa do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica.

Sala das Sessões, em 18/11/08

Deputado Pedro Uczai - Líder do PT

Deputado Sargento Soares

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Professor Grandó

*** X X X ***